

DOI: 10.21057/10.21057/repamv11n3.2017.26531

Recebido: 25-07-2017

Aprovado: 21-11-2017

A Democracia em Tempos Sombrios

(SANTOS, Boaventura de Sousa. *A difícil democracia: reinventar as esquerdas*. São Paulo: Boitempo, 2016)

Marina Bolfarine Caixeta¹

O cenário atual internacional de crise econômica, ascensão de governos conservadores alinhados a receituários neoliberais, restrição à mobilidade populacional, degradação ambiental, cooptação dos Estados pelos interesses da elite capitalista multinacional revela tempos sombrios. As reflexões presentes e emanadas de mentes lúcidas e comprometidas com a transformação social revelam a fragilidade da democracia, a premente necessidade de diálogo entre movimentos sociais e de governos comprometidos com justiça social.

O autor do livro, Boaventura de Sousa Santos, é um renomado intelectual que tem se dedicado a colocar o mundo acadêmico a serviço da prática política dos povos marginalizados. Apesar de europeu (português), é autor de destaque no Sul global. Organizou, em conjunto com Maria Paula Meneses, o livro “Epistemologias do Sul” em que reuniu vários intelectuais e reflexões que problematizam a matriz dominante europeia e valorizam outros

¹ Doutoranda em ciências sociais - estudos latino-americanos (ELA/ICS/UnB) e pesquisadora do CNPq. Mestre em desenvolvimento, sociedade e cooperação internacional (CEAM/UnB); especialista em desenvolvimento sustentável (CDS/UnB) e bacharel em relações internacionais (UCB). Como linha de pesquisa e prática profissional está a cooperação Sul-Sul, cooperação internacional para o desenvolvimento. Email: marinabolfarinecaixeta@gmail.com

saberes por meio do diálogo horizontal entre conhecimentos – denominado “ecologia de saberes”. Também trabalha pelo projeto que pretende repensar e renovar o conhecimento sociocientífico, com base na elaboração de paradigmas teóricos e políticos em vista da transformação social: “ALICE: Espelhos estranhos, lições imprevistas”, financiado pelo Centro Europeu de Investigação (CEI)².

Adicionalmente, o autor esteve na criação do Fórum de Porto Alegre, em 2001, sobre o que publicou o livro “Fórum Social Mundial: Manual de Uso” (2004), evento que denominou de iniciativa inovadora de utopia crítica, parte da epistemologia do Sul, da sociologia das ausências e da política cosmopolita subalterna. Nessa ocasião, lançou a proposta de uma auto-democracia, do princípio do respeito pela diferença em detrimento do princípio da igualdade, e da criação de uma Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS), para produzir conhecimento sobre globalização alternativa e sanar o hiato entre a teoria e a prática (eis a contra-universidade); trata-se da autoeducação dos ativistas e dirigentes dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, dos cientistas sociais, pesquisadores e artistas progressistas das universidades.

Neste recém-publicado livro sobre a democracia e a reinvenção da esquerda (2016), o autor questiona se haveria futuro para a democracia num mundo dominado pelo

² Disponível em: <http://alice.ces.uc.pt/en/index.php/about/?lang=en> Acesso em Jun/2017.

capitalismo financeiro global, pelo colonialismo e pelo patriarcado nas relações sociais. A resposta a este questionamento, no prefácio do livro, será formulada à luz das experiências concretas de países do sul da Europa e da América Latina, países que ocupam a posição semiperiférica no sistema global.

O livro é composto por distintas reflexões elaboradas pelo autor sobre eventos diversos, organizadas segundo a proposta explicitada no título do livro “A difícil democracia: reinventar as esquerdas”. O livro está dividido em 4 partes que versam sobre revolução e transformação do Estado (parte I); as marcas do tempo (parte II); democratizar a democracia (parte III) e reinventar as esquerdas (parte IV), subdivididas em 6 capítulos, e finalizado com o epílogo intitulado “Para ler em 2050: uma reflexão sobre a utopia ou sobre a sociologia das ausências das esquerdas”.

Na breve introdução ao livro, o autor lança as concepções hegemônicas e contra-hegemônicas sobre a democracia e a partir delas se questiona sobre onde estamos e o que fazer daqui para frente. A democracia do século XX, tanto no início do século quanto no pós-II Guerra Mundial, seria marcada por intensas disputas, por uma baixa intensidade e por sociedades politicamente democráticas, mas socialmente fascistas. Este tipo de democracia o autor denomina “democracia liberal”, pois soluciona a tensão entre democracia e capitalismo, em benefício deste último.

As concepções hegemônicas seriam aquelas que apontam para a contradição entre

mobilização e institucionalização; a valorização positiva da apatia política; a concentração do debate democrático na questão dos desenhos eleitorais da democracia; o tratamento do pluralismo como forma de incorporação partidária e disputa entre as elites; e a solução minimalista para o problema da participação via discussão das escalas e das complexidades. As concepções contra-hegemônicas, por sua vez, com a devida ressalva sobre sua diversidade, apresentam um tronco comum às seguintes ideias, dentre outras citadas: os limites da representação política são ainda mais visíveis em sociedades socialmente muito desiguais e culturalmente muito diversas; se a representação resolve bem o problema de escala, não resolve o da prestação de contas e o das identidades coletivas; a inclusão democrática pressupõe o questionamento da identidade que lhes foi atribuída externamente por um Estado colonial ou por um Estado autoritário e discriminatório; os limites da representação só são superáveis quando a democracia representativa for conjugada com a participativa; os movimentos sociais são fundamentais para renovar a agenda política e ampliar o campo do político, pelo que devem estar articulados com os partidos políticos; a democracia não se resume a procedimentos – igualdades formais, direitos cívicos e políticos. Com base nestas concepções, o autor afirma que estamos numa conjuntura perigosa devido ao desaparecimento dos imaginários da emancipação social contra as formas de dominação (capitalista, colonialista e patriarcal). A necessária reinvenção da esquerda é a luta da maioria minoritária, em

termos de poder, cuja bandeira progressista de suas causas coloca o Estado e seu regime político a serviço do povo, não da elite global.

Na primeira parte, escrita em 1990, o autor discorre sobre o Estado e a sociedade na semiperiferia do sistema mundial. O faz com base no caso de Portugal após a Revolução dos Cravos em 1974/75, com a dialética entre territorialização e desterritorialização. Nesta, conjuga-se a teoria do sistema mundial, com sua dinâmica da desterritorialização, e a perspectiva da regulação social do Estado, que capta a reterritorialização. Neste cenário, a semiperiferia atua na intersecção do hiperlocal e do transnacional, e o Estado atua em meio a uma difícil transição para um novo modo de regulação social, na qual possuem participação ativa as organizações e forças sociais. O “Estado heterogêneo” é a expressão usada para evidenciar as diferentes e coexistentes tentativas de regulação social com lógicas diferentes, como a regulação fordista, o Estado-Providência, a regulação neoliberal. No momento em que se observa um Estado-providência fraco, tem-se uma sociedade-providência forte (forte relações de comunidade, interconhecimento e entreatajuda). O Estado, por consequência, passa de um resíduo pré-moderno para algo pós-moderno. Ele passa a ser menos produtor de bem-estar e de proteção social para transformar-se numa entidade financiadora do bem-estar produzido pela iniciativa privada, internamente; e, externamente, o Estado aparece como parte das estratégias da elite global que serve aos processos de integração

econômica-comerciais e aos valores que se quer propagar como universais.

A segunda parte do livro conta com dois capítulos: uma análise sobre o caso cubano (capítulo 2) e, na sequência, “comentários com data” (capítulo 3). No capítulo “Por que Cuba se transformou num problema difícil para a esquerda?”, o autor reconhece o impacto da solidariedade internacionalista do regime de esquerda instalado em Cuba nos diversos domínios (político, militar, social e humanitário) de governos, nas almejadas sociedades alternativas (socialistas) e nas importantes reflexões teóricas e práticas sobre os regimes de esquerda. Entretanto, o autor afirma que Cuba, hoje, é um problema difícil para a esquerda, pois deixou de ser uma solução viável diante dos condicionamentos externos hostis, e lança a todos o desafio de construir um socialismo distinto daquele do século XX.

Cuba, assim, com apoio da esquerda, deve deixar uma inestimável renovação para as práticas e teorias socialistas, caso contrário “*Se não renovar, a esquerda nunca entrará no século XXI*” (p. 74). O autor elenca 5 principais caminhos de renovação do socialismo e sugere outros 5 possíveis pontos de partida para contribuir para um futuro socialista viável em Cuba, “*um vasto e excitante campo de experimentação social e política*” (p.82), a saber: 1) democratizar a democracia, pois a democracia liberal não garante as condições de sua sobrevivência perante os múltiplos sistemas de alijamento que o autor denomina de “fascismo social”; 2) da vanguarda à retaguarda com a

conversão dos partidos em facilitador de discussões cotidianas sobre as práticas sociais dos cidadãos e as outras formas de organização de interesses; 3) constitucionalismo transformador, de constituições modernas criadas por elites políticas em prol do Estado monolítico institucionalmente e homogêneo socialmente, para constituições derivadas da luta dos excluídos dos privilégios para criar novos critérios de inclusão social que acabem com sistemas de dominação cultural, de raça, de etnia e de região, e de opressão social classista, racial, cultural; 4) o Estado experimental, o centro regulado pelo princípio da complexidade baseado em três princípios da experimentação política: várias formas do exercício democrático, diferentes soluções institucionais aos distintos problemas e demandas e padrões mínimos de inclusão com vistas à cidadania ativa e à emergência de projetos alternativos; 5) outra produção é possível, contra o ceticismo quanto a outro modo de produção, que não seja o capitalista e o das economias socialistas centralizadas, e a crença de que a reprodução capitalista determina a lógica geral do desenvolvimento social, econômico e político.

No capítulo seguinte, o autor reúne uma série de reflexões sobre a democracia em alguns eventos recentes pelo mundo, a saber: 1) *A privatária em curso*, de 2012, citando o Brasil na década de 1990; 2) *Chávez: o legado e os desafios*, de 2013, sendo que os desafios da Venezuela se revertem em aprendizagem para todo o continente latino-americano; 3) *O Preço do Progresso*, de 2013, com o caso do Brasil de

Dilma Rousseff e da aceleração do processo de transformação do Brasil em potência global à custa da obstrução de alguns processos democráticos e da sustentabilidade ambiental; 4) *A Revolução Cidadã tem quem a defenda?*, de 2014, com o caso do Equador de Rafael Corrêa – a Constituição de 2008 e a ideia do *buen vivir*; 5) *A Onda Podemos*, de 2014, com a criatividade política ocorrida partir da indignação dos povos na Espanha, quando emerge um partidomovimento; 6) *Terceira Guerra Mundial*, de 2014, provocada pelos Estados Unidos contra a Rússia e, indiretamente, a China, com o pretexto da Ucrânia, contra a opinião do povo norte-americano; 7) *Charlie Hebdo: uma reflexão difícil*, de 2015, sobre os necessários limites da liberdade de expressão, e sobre o choque de fanatismos em lugar do choque de civilizações; 8) *Quando o futuro da democracia está em jogo*, de 2015, com o fenômeno global do neoliberalismo, com o Estado cooptado por grandes interesses.

Na terceira parte, o autor lança reflexões sobre o que intitula “democratizar a democracia”. No capítulo 4, *Boaventura* discute os conceitos de política e de democracia, ao propor os verbos que as essencializam em seus títulos – “politizar a política e democratizar a democracia”. Trata-se da publicação de uma entrevista conduzida em 2010 pela *Revista Internacional de Filosofia Política da Espanha*. O primeiro bloco temático pretende interpretar a democracia, a participação, o Estado e a emancipação social, temas caros aos dois conceitos. Aí estão as patologias da democracia representativa, a saber: a questão da incompatibilidade da democracia com o

capitalismo e seu fruto, a democracia liberal, em detrimento da justiça social; o surgimento da democracia participativa como algo mais recente advindo da mobilização social; e a democracia comunitária, um terceiro tipo de democracia constituída de deliberações ancestrais das comunidades indígenas, uma realidade latino-americana. No segundo bloco, abordam-se contribuições dos movimentos anti-globalização para a esquerda, o socialismo e o sujeito social, quando se fala das novas tecnologias da informação na luta transnacional por uma sociedade mais justa – como o Fórum Social Mundial, o movimento zapatista e tantos outros. A horizontalidade e a pluralidade aparecem como centrais no que o autor discute com otimismo sobre os movimentos sociais. Isso pressupõe relações de igualdade na gestão dessa diversidade e agregação de lutas, interesses e energias organizativas respeitando as diferenças entre distintos movimentos que, no presente, se formam a partir de uma identidade que os sujeitos sempre tiveram, e menos das identidades ligadas ao trabalho, do século passado. O terceiro bloco temático traz a interculturalidade, o reconhecimento, o diálogo, a plurinacionalidade e o multiculturalismo, quando defende o procedimento da tradução em detrimento de uma teoria geral para a proposta que o autor lança por meio do conceito de “intermovimento”, que seria a alteridade e a aprendizagem mútua entre os diferentes movimentos e lutas. No capítulo 5 discutem-se democracia, populismo e insurgência, num momento em que lidamos com significantes vazios como democracia,

autonomia, liberdade, sociedade civil, contrato. Esse esvaziamento de conceitos emerge a partir dos que se servem da manipulação de utopias.

Na quarta e última parte do livro, Boaventura explica o que sugere como reinvenção das esquerdas, o que o faz por meio de 13 cartas, datadas do período de janeiro de 2011 a junho de 2016. Destinadas às esquerdas, as cartas portam subtítulos. A primeira carta, de 2011, traz “algumas ideias de recomeço das esquerdas”; a segunda carta, de 2011, explica que “perante o neoliberalismo” há uma desorganização do Estado democrático por meio da crença de que se deve transitar da responsabilidade coletiva para a individual; a terceira carta, de 2011, traz a “urgência de surgirem esquerdas reflexivas”, considerando que há um desequilíbrio entre as esquerdas e as direitas no que tange ao conhecimento estratégico do mundo; a quarta carta, de 2012, evoca as propostas políticas surgidas a partir do colonialismo e neocolonialismo que permitiram a acumulação por despossessão, até hoje em marcha; a quinta carta, de 2012, diz que o novo ponto de partida da esquerda é “democratizar, desmercantilizar e descolonizar”; a sexta carta, de 2012, fala da “esquerda do possível” em que propõe alianças transcontinentais entre as esquerdas europeias com as esquerdas latino-americanas; a sétima carta, de 2012, trata da “mudança de paradigma” em vista de um desenvolvimento sustentável destacando que, na Conferência Rio+20, a força da Cúpula dos Povos sobre a Declaração dos governos indica a importância dos movimentos sociais; a oitava

carta, de 2012, sobre os “direitos humanos são as últimas trincheiras” mostra a debilidade desses em razão de planos desenvolvimentistas; a nona carta, de 2013, mostra “a conjuntura e as esquerdas europeias”; a décima carta, de 2013, coloca a questão de que o capitalismo é antagônico à democracia e é preciso escolher entre eles; ou uma revolução democrática ou uma democracia revolucionária é o caminho a ser perseguido para se chegar a uma democracia pós-liberal; a décima primeira carta, de 2013, trata da contraposição entre “ecologia e extrativismo”, quando o desaparecimento da narrativa ecológica mostra que o capitalismo teve precedência não só sobre a democracia, mas também sobre a ecologia e o ambientalismo; a décima segunda carta, de 2016, traz os pactos democráticos dos novos tempos, já que novas ditaduras surgirão sob forma de democracias de baixíssima intensidade; a décima terceira carta, de 2013, lança um “manifesto incompleto” com 16 recomendações que resumem bem a ideia da proposta do autor para a reinvenção das esquerdas.

No epílogo do livro, cujo título instiga o leitor, reflete-se sobre o que seriam os cenários futuros posteriores a esses tempos sombrios. O autor propõe, para tanto, sua leitura no ano de 2050. O homem do futuro perceberia que *“Mudaram os nomes às coisas para as coisas se esquecerem do que eram. Assim, a desigualdade passou a chamar-se mérito; miséria, austeridade; hipocrisia, direitos humanos; guerra civil descontrolada, intervenção humanitária; guerra civil mitigada, democracia”* (p.209). Nessa ocasião, o autor ironiza com o conceito de utopia

e provoca ao discutir o que seria a ciência sociológica com a ausência das esquerdas, numa perspectiva bastante pessimista.

Como tese central do livro, afirma que a democracia não pode se realizar em meio ao capitalismo financeiro global, ao colonialismo e ao patriarcado. A argumentação se mostra fundamentada nas análises de eventos, mais real e menos conceitual; mais acessível, portanto, a todos tipos de leitores que se interessam pelo tema. A convergência das análises não apenas se evidencia na justaposição dos eventos, como também indica um panorama assustador: a democracia liberal é instrumento da globalização capitalista. A leitura, por vezes, pode parecer repetitiva considerando que a maioria dos textos não são inéditos. Nota-se, entretanto, grande lucidez intelectual por parte do autor que trabalha com definições, cria categorias de análise e lança boas reflexões para a compreensão de vários eventos pelo mundo.

Ao visitar a Universidade de Brasília, em 2016, num momento de crise democrática, o autor conclamou os universitários a realizar uma revolução democrática. Para tanto, os intelectuais deveriam se unir aos movimentos sociais, o que requer uma revolução epistêmica e educacional, uma reforma do sistema político (aí incluindo a dos partidos), a descolonização do marxismo, a união das maiorias minoritárias e a parceria com uma mídia comprometida com esta democracia revolucionária³. Na orelha do livro, o

³ Notas da autora sobre a palestra realizada por Boaventura de Sousa Santos no auditório da ADUnB em 28 de outubro, 2016.

intelectual brasileiro Frei Betto estimula sua leitura: “Quem faz a nossa cabeça? Em que fontes confiar, se a informação é manipulada pelos interesses do grande capital? A resposta, crítica e positiva, está em autores como Boaventura de Sousa Santos, que miram a realidade pela óptica dos oprimidos e concebem a democracia como relações de poder compartilhado.”⁴

⁴ Segundo o sítio da web da editora Boitempo, o livro tem sua primeira publicação mundial no Brasil e seria debatida por ocasião da vinda do autor como homenageado internacional na II Bienal do Livro e da Leitura em Brasília, em outubro de 2016. Informação disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/10/24/um-livro-imprescindivel-frei-betto-escreve-sobre-o-a-dificil-democracia-de-boaventura-de-sousa-santos/> Acesso em Jun/2017.